



Margarida Penteado

Revista de  
Geomorfologia



## A GEOGRAFIA FÍSICA CRÍTICA NO VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS-AGB, 2024

*CRITICAL PHYSICAL GEOGRAPHY AT THE VIII BRAZILIAN CONGRESS OF GEOGRAPHERS-AGB, 2024*

*GÉOGRAPHIE PHYSIQUE CRITIQUE AU VIIIÈME CONGRÈS BRÉSILIEN DES GÉOGRAPHERS-AGB, 2024*

**Cleide Rodrigues**

Professora-doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

E-mail: [cleidrig@usp.br](mailto:cleidrig@usp.br)

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4481-7445>

O último Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geógrafas ocorrido em São Paulo, de 07 a 12 de julho de 2024, surpreendeu positivamente pela criação de novas oportunidades para inserção, discussão e divulgação do conhecimento gerado no campo da Geografia Física e sua relevância para a contemporaneidade, sendo o manifesto publicado em torno da Geografia Física Crítica, um dos fatos mais emblemáticos neste sentido.

Este manifesto foi concebido por cientistas, geógrafos físicos brasileiros que, amparados em suas práticas da vida acadêmica, em sua formação geográfica e em seus posicionamentos políticos, tomaram para si a importante e gigantesca tarefa de provocar uma espécie de reposicionamento da Geografia Física brasileira na própria Geografia, enquanto ciência que, necessariamente, lida com as ciências naturais e sociais e está comprometida, em diferentes graus de intencionalidade, com a transformação social e ambiental.

Amparados pelas definições e discussões que geógrafos americanos vêm desenvolvendo ao longo das últimas décadas a respeito da Geografia Física Crítica, o grupo brasileiro organizou espaços de discussão e concebeu o manifesto, fazendo emergir polêmicas aparentemente adormecidas, com um fôlego a mais na direção mesmo de questões epistêmicas da própria Geografia.

A Geografia Física Crítica, que vem sendo melhor definida por geógrafos americanos em sua rede de discussões, é considerada por estes sistematizadores, como um campo de estudos que deve abranger, necessariamente, as ciências sociais e as ciências naturais, com objetivos voltados justamente para a transformação ecossocial, focalizando sua atenção às relações de poder e seus desdobramentos materiais, considerando o conhecimento dos sistemas biofísicos em sua profundidade e considerando a emergência destes aprofundamentos na atualidade, em função também do crescente interesse pelo Antropoceno e pelo conhecimento simultâneo de processos sociais e biofísicos de forma interligada. Entendem que o mundo material agora, é mais do que nunca, moldado por processos profundamente interligados por estes dois conjuntos de fatores. Estes grupos de discussão consideram que a “Critical Physical Geography (CPG) esteja numa posição diversa daquela presente na maioria dos estudos do Antropoceno, que tenderiam à uma interpretação naturalizante dos processos em curso (Lave et al, 2018).



Os adeptos da CPG, ao considerarem que a maioria das paisagens sejam atualmente moldadas por ações humanas e desigualdades estruturais em torno de raça, gênero, e classe, colocam que essas desigualdades não poderiam ser consideradas externalidades, ou seja, não estariam apenas moldando a natureza a partir 'de fora', mas moldando num processo combinado, que se basearia também na própria materialidade da natureza.

Se estas considerações não são exatamente inovadoras, nem em relação à história da Ciência Geográfica, nem em relação à atuação de um grande número de geógrafos físicos, inclusive brasileiros, estes estão sendo inevitavelmente chamados a se identificar, em maior e menor grau, à esta sistematização mais institucionalizada de grupos e discussões em torno da CPG e da própria Geografia Crítica e da Teoria Social Crítica. Muitos geógrafos brasileiros sempre se posicionaram e atuaram na direção da necessidade de uma superação analítica entre os campos da Geografia Física e Humana ou na direção de escolhas temáticas potencialmente mais dialogáveis com a Geografia Crítica e, por isso, devem ser considerados e chamados a colaborar nesta construção.

Sendo assim, este quadro é estimulante para as antigas, novas e futuras gerações de geógrafos, principalmente os geógrafos físicos, que recebem um novo fôlego para reflexões sobre o sentido de sua produção acadêmica, e, nesse particular, a Geomorfologia é um dos principais ramos.

Para um geomorfólogo e geógrafo, muitas perguntas podem emergir destas considerações e reflexões, principalmente no sentido de se propor uma nova leitura da história da Geografia Física Brasileira, em que se identifiquem, com rigor, colaborações distintas e graus de maior ou menor aderência em torno da emergente CPG. Ou, noutra direção, poderemos discutir a própria pertinência de se realizarem estas distinções a partir de engajamentos explícitos ou implícitos.

No que se refere à Geomorfologia, há, ao mesmo tempo, a necessidade de uma releitura histórica a ser realizada em torno da produção acumulada e uma avaliação cuidadosa do enorme potencial dessa ciência quanto à sua participação na consolidação e desenvolvimento de uma Geografia Física Crítica, tanto em relação às escolhas temáticas deste vasto campo, como em relação a estudos aplicados.

Outras perguntas podem ser elaboradas no sentido de como classificar iniciativas que são realizadas no vasto campo da Geografia Física e das pesquisas geomorfológicas em torno das recentes discussões da CPG. Por exemplo, como considerar a própria produção acumulada do IPCC e sua relevância para o plano de crítica às rupturas metabólicas próprias do sistema capitalista, ao atingir efeitos em escala global de mudanças climáticas e se aproximar de limiares que não podem ser ultrapassados? E ainda, que tipo de pesquisa define estes limiares?

Noutra linha, como classificar iniciativas como a de estudos para a proposição de Geoparques, com propósitos conservacionistas de caráter redistributivo de patrimônio ambiental, amplamente fundamentados no conhecimento da diversidade geomorfológica, e utilizando-se da própria cartografia geomorfológica para argumentação da existência de atributos e valores a serem preservados? A produção cartográfica a ser utilizada nestas proposições, não fariam parte, como conhecimento básico e substantivo, de uma Geografia Crítica? Com quais critérios podemos de fato realizar tais separações de forma inquestionável?

Nesta mesma linha, como considerar estudos geomorfológicos que se voltam a esclarecer o processo de produção material do meio urbano, os graus de degradação de sistemas físicos, a segregação ambiental criada, o grau de mudança e irreversibilidade de paisagens urbanas? Não seriam recortes necessários à produção de uma Geografia Física Crítica, fornecendo discriminações com potencial de utilização imediata para um plano superior de abordagem geográfica?

E os estudos geomorfológicos que discriminam suscetibilidade espacial a processos hidromorfológicos, amplamente utilizáveis em estudos de vulnerabilidade social a riscos, seriam eles, por si só, considerados Geografia Física Crítica, ou seria necessário um passo a mais, como por exemplo, na direção de avaliações de segregação espacial e de racismo ambiental? As escolhas temáticas da Geografia Física não trazem em si mesmas intencionalidades para o discurso de base crítica? Estas são questões que podem poderão direcionar as reflexões futuras sobre o tema.

Em resumo, é preciso parabenizar a iniciativa dos acadêmicos que propuseram essa discussão num dos eventos de maior expressão para a comunidade geográfica brasileira, e que certamente suscitará embates promissores, cuja natureza tem o potencial de colaborar de forma preciosa para a própria história da Ciência Geográfica e seu desenvolvimento.